



REFLETINDO SOBRE A POLÍTICA TERRITORIAL BRASILEIRA E O CASO DO TERRITÓRIO PAMPA/RS

Cristiane Maria Tonetto Godoy
Nilvania Aparecida de Mello

Resumo

A noção de território passou por uma reformulação epistemológica, incentivando assim os estudos sobre territorialidade numa nova abordagem. O território não é mais somente entendido como limite geográfico, mas passa a ser compreendido como um espaço onde as relações sociais, sentimentos e laços de pertencimento se fazem presentes. É nesse contexto das relações sociais, que a territorialidade vem contribuir com o a política de desenvolvimento rural, sendo concebido em diversos países como uma política voltada para o segmento da agricultura familiar. No caso brasileiro a política de desenvolvimento territorial foi concebida com o objetivo central de construir uma estratégia de desenvolvimento rural com um novo olhar, onde o rural se afirma como um espaço de vida, de diversidade e de sustentabilidade. Assim, o presente trabalho vem refletir sobre a política territorial brasileira e também sobre a experiência do Território Pampa/RS, e quais os reflexos para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural.

Palavras-chaves: Território. Desenvolvimento rural. Agricultura familiar. Política Territorial.

Introdução

Atualmente a noção de território supera a mera ótica do conceito de limites geográficos ou de fronteiras, ele passa por uma reformulação epistemológica, incentivando assim, os estudos sobre territorialidade num âmbito renovado quanto a sua abordagem. A territorialidade passa a ser compreendida como um espaço de ações e de relações inter e extrassociais, onde os atores recriam-se e reorganizam-se em suas funções, ganhando, assim, outra significação.

E é nesse sentido, de ser palco de laços de afetividade e reconhecimentos culturais, étnicos, políticos, entre outros, que o território se torna fundamental na política de desenvolvimento rural em diversos países, tendo a agricultura familiar como protagonista desses territórios.

No caso brasileiro, a política de desenvolvimento territorial foi criada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA (primeiros textos orientadores foram a partir do ano de 2005), tendo como objetivo a necessidade de construir uma estratégia de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. A política territorial é concebida como um instrumento para a mobilização da agricultura familiar e que esses possam acessar as políticas públicas existentes, bem como a partir da estruturação e mobilização possam



demandar as reais necessidades, fazendo propostas de projetos e de políticas originadas de “baixo para cima”.

Entretanto, nem todos os territórios brasileiros conseguiram alcançar o nível de estruturação idealizado. Nesse sentido, para o fortalecimento e apoio à gestão social e produtiva do desenvolvimento dos territórios o MDA a partir de 2013, cria os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, os NEDETs, que tem como objetivo viabilizem a atuação de assessores visando a mobilização, organização e gestão dos Colegiados Territoriais, para promover a dinamização dos territórios e para o desenvolvimento rural.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a política territorial brasileira num contexto geral e da atuação do Nedet no Território Pampa/RS, buscando compreender o território como estratégia para os segmentos que comportam a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural. Para atender a proposta usaremos o aporte teórico dos estudos já realizados sobre a política territorial brasileira, bem como a atuação prática da autora, como assessora territorial de gestão social, especificamente no Território do Pampa/RS nos anos de 2015 e 2016.

1. O que entender por territórios

A abordagem sobre territórios e o espaço geográfico, ao longo dos séculos, esteve, muitas vezes, associada à noção de espaço físico, fronteiras e limites (Estados e Nações), entretanto, devemos compreender que ambas as denominações espaço e territórios possuem significados distintos. A denominação e, conseqüentemente, a noção de territórios, a partir, principalmente, da década de oitenta (século XX), passou por uma reformulação epistemológica sobre a questão do espaço e dos territórios. Essa reformulação deu-se, principalmente, pelo processo de globalização, que culminou nas transformações políticas, culturais e econômicas vistas na atualidade, incentivando os estudos sobre territorialidade num âmbito renovado quanto a sua abordagem.

Um dos pioneiros na abordagem sobre territórios foi Claude Raffestin (1993), o qual interpreta que o espaço deve ser entendido como um substrato existente anterior ao território. Assim, compreendemos o território formado a partir do espaço, sendo ele resultado de uma ação produzida por um ator, e esse ator irá territorializar o espaço, em outras palavras, o território é o produto dos atores locais e de todas as organizações existentes naquele espaço. São esses atores que irão produzir e construir o território, compostos por redes, partindo do espaço e passando à implantação de novas ligações,



assim, o território pode estar apoiado no espaço, mas ele não é o espaço propriamente dito, e sim uma produção a partir dele.

De acordo com Guattari (1985), a noção de território envolve uma ordem de subjetividade tanto individual quanto coletiva, os grupos possuem a possibilidade de articularem territorialmente algumas resistências, indo contra o espaço homogeneizante.

Para Raffestin (1993), a territorialidade adquire um valor, pois ela reflete a multidimensionalidade do “vivido” pelos membros pertencentes àquela sociedade, sendo dinâmica e suscetível à variação de tempo histórico. Ainda conforme o autor:

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação. (RAFFESTIN, 1993, p. 161)

Sack (1986), por sua vez, argumenta que a interpretação de territorialidade deve ser aplicada em todas as escalas não somente na política e as suas relações de poder, pois o território surge das estratégias de controle necessárias à vida social, seja em um apartamento ou um Estado.

Segundo Santos M. (1985), o território apresenta a questão da periodização da história, em que os territórios e seu reconhecimento pelos atores não deve ser entendido como fixo e imutável, ao contrário, a cada momento histórico, haverá mudanças em relação à territorialidade e ao seu reconhecimento, cada elemento estará sujeito a mudanças de papéis e de posição no sistema temporal e espacial.

Podemos aferir que o espaço geográfico é palco de ações e de relações, e que a cada momento histórico ele recria-se e reorganiza-se em suas funções, sendo esse então dinâmico e pertencente a história, em outras palavras, o território a cada momento pode ganhar outra significação.

Nesse contexto, compreendemos a territorialidade como aquela noção de pertencer a uma cultura, etnia ou outro, pois é através dessa formação da consciência coletiva e do “algo” em comum que os atores passam a reconhecer-se, isso facilita a busca coletiva de estratégias e ações para o desenvolvimento dos territórios. (SANTOS M. e SILVEIRA, 2004)

Ainda neste sentido, Saquet (2003) aponta que o território deve ser compreendido como o produto de processos de apropriação e domínio de certo espaço, registrando um campo de forças, de relações de poder. O território torna-se parte da história vivida por uma



comunidade que imprime nesse espaço uma identidade, com a qual o indivíduo se reconhece como integrante.

E é aproveitando esse reconhecimento de pertencimento na formação do território que atualmente tem-se visto a aplicação do conceito nas formulações das políticas públicas voltadas ao meio rural. O aproveitar uma identidade partilhada por determinada comunidade, têm sido considerado um potencial para a mobilização e estruturação da agricultura familiar em vários países, até mesmo como estratégia de desenvolvimento rural.

2. A política territorial e o Território Pampa

Quando abordamos a noção de identidade, temos que pensar que o seu conceito tem adquirido uma crescente importância no contexto das mudanças que a sociedade contemporânea vem experimentando, neste sentido, a noção de identidade territorial também tem sua relevância, como mobilizador de novas territorialidades e propulsor de desenvolvimento.

O desenvolvimento baseado nos modelos urbano-industriais, atualmente, passa por questionamentos quanto a sua viabilidade, assim sendo, a criação de novas compreensões de desenvolvimento que estejam fundamentadas na qualidade de vida, na sustentabilidade, nos aspectos que envolvam as dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais, faz-se necessária. (VENDRUSCOLO, 2009)

Corroborando neste sentido, destacamos:

Por contrapor-se aos modelos tradicionais de planejamento e desenvolvimento, a gestão do território sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável deve ser capaz de responder pela produtividade econômica, pela melhoria da qualidade de vida da comunidade bem como pela preservação ambiental, isso em um horizonte de tempo que se estende até as gerações futuras. (LIONÇO, 2007, p. 51)

No Brasil, foram produzidos alguns documentos com o intuito de fomentar a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. O documento nº. 01, produzido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA, intitulado “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil”, de março de 2005, aborda sobre o que seria o desenvolvimento em uma perspectiva territorial, expressando que o grande desafio não se encontra em integrar o agricultor familiar à indústria e sim como



propiciar condições para que o mesmo agricultor “valorize um certo território num conjunto muito variado de atividade e de mercados” (2005, p. 04).

Ainda neste contexto, ao analisar o documento n.º 02, intitulado “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de territórios Rurais”, de maio de 2005, podemos interpretar as estratégias sistematizadas do Governo Federal as quais visam à promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios. Sinteticamente, podemos considerar o documento como um manual com várias estratégias e recursos para que se possam mobilizar os agentes locais, o capital social¹, de determinadas regiões para promover o desenvolvimento do território. No referido documento, o conceito de territórios aparece denominado como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005, p. 07-08)

Tendo em consideração os textos produzidos no que se refere as diretrizes para a política territorial brasileira, cabe ressaltarmos a legitimidade de serem criados territórios de forma proposital e, conseqüentemente, identidades/capital social “forçadas”, uma vez que partimos do princípio que a identidade é construída no sentimento de pertencimento a algum lugar ou ideologia. Assim sendo, formulamos o seguinte questionamento: será possível que as políticas e ações que visam a criar de forma proposital um território e identidade conseguirão manter os elos entre seus agentes? E esses elos serão fortes o suficiente para manter o território?

Para algumas respostas para as perguntas formuladas acima Abramovay (2007), reflete que o desenvolvimento territorial ou a formação de territórios apresentam fatores que

¹ A noção de capital social presente no documento produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p. 09) é compreendido como “o conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, o capital social tem na sua raiz processos que são, a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação. Implica na habilidade de pessoas e grupos em estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjuntas, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações”.



são intangíveis a certos aspectos referentes a maneira como os agentes sociais relacionam-se entre si, não permitindo explicar de forma absoluta a criação desses territórios.

Ainda, a noção de território deve ser entendida pela sua dimensão de representação, do valor simbólico, ele não deve estar subjugado ao mero aspecto econômico, pois o território é um espaço dotado de valores éticos, culturais, simbólicos e afetivos, onde são os princípios de laços que permitem que os indivíduos identifiquem-se ou reconheçam-se perante a um valor. E é neste sentido que o território deve ser reconhecido, pois ele é quem constrói as identidades. (BONNEMAISON E CAMBRÉZY, 1996)

Ao pensarmos a identidade territorial e, conseqüentemente, a formação de um território, ele passará, primeiro, pelo modo como os sujeitos relacionam-se entre si, e as interações com as tradições e/com as percepções que o grupo vive. Entendemos que o território e a identidade ali construídas devem ser, antes de mais nada, vivenciados por tais atores, e não forçados tal vivência ou pertencimento, porque isso cria um território frágil, baseado somente na busca por mercados ou pelo desenvolvimento econômico da região, e dessa forma, tão pouco será duradouro.

E é com tal pensamento que Haesbaert (2009) contribui ao escrever que tanto a dimensão concreta (vinculada ao caráter produtivo e disciplinar) e a dimensão simbólica convivem num mesmo todo, tornando impossível apreender toda a complexidade que envolve o processo de territorialização de uma sociedade, uma vez que esse processo nunca poderá ser transformado a partir de uma intenção determinada e direcionada, principalmente o sendo com caráter econômico.

A abordagem territorial para o desenvolvimento rural deve ser construída a partir das ações entre os indivíduos e o ambiente ou no contexto em que estão inseridos, desse modo, o conteúdo desse espaço deverá ser entendido como território. O conceito de território não deve permear o entendimento como um espaço físico existente, mas sim compreendido como uma construção social, em verdade, um conjunto de relações sociais que irão originar-se e expressar-se em uma identidade, também um sentimento de pertencimento compartilhado pelos agentes. (SCHNEIDER, 2004)

Ainda contribuindo com esta ideia, Froehlich *et al.* (2010), ao refletir sobre a questão dos territórios e o meio rural, afirmam que as construções de territórios constituem uma estratégia de desenvolvimento para aqueles lugares considerados atrasados. Ao buscarmos esta temática em outra obra de Froehlich (2002), o autor assinala que os processos de valorização das regiões rurais tanto por sua cultura ou pela têm seu papel reconhecido pelos novos sentidos e funções que o meio rural pode desempenhar frente a questão do



desenvolvimento dessas áreas, contrapondo a ideia de que o rural desapareceria ou mesmo desconstruindo a ideia de atraso.

Nesse sentido, se fomentam os territórios brasileiros como um espaço de mobilização do segmento da agricultura familiar e de desenvolvimento rural. Desde a implementação da política territorial vários territórios foram reconhecidos pelo governo, cabe salientar que muitos já existiam antes da dita política, pois eram territórios onde o capital social e os laços de pertencimento já existiam, o que houve foi a formalização do território na política governamental.

Uma grande parte dos territórios rurais brasileiros, principalmente os da região Nordeste, conseguiram se configurar como uma realidade de múltiplas interações dos diversos segmentos que os compõem, sejam eles da sociedade civil organizada, gestores públicos, instituições de ensino e assistência técnica e os movimentos sociais, isso em prol dos acessos ou reivindicações as políticas públicas e para que se adequem a necessidade da região e do rural.

Nesses territórios é possível verificar a construção de estratégias, táticas e operações de segmentos até então não visíveis às políticas públicas ou ao próprio território, tendo como resultado a construção de cadeias, mercados e movimentos da sociedade em busca de melhoria de vida. O que vêm ao encontro do objetivo da política territorial que é justamente a organização, estruturação e mobilização da agricultura familiar para o acesso efetivo das políticas públicas vigentes, bem como o desenvolvimento endógeno e a formulação de políticas

Entretanto, não há como negar a existência da burocracia e as dificuldades inerentes as estruturas institucionais, bem como a própria limitação do empoderamento da agricultura familiar nos processos e na própria questão da cooperação.

Em sua pesquisa no território do Alto Jequitinhonha/MG Oliveira (2015), colabora com a temática ao dizer que existe sim as limitações quanto as estruturas e as políticas públicas, porém, o território pode significar mudanças, pois ele visa o desenvolvimento endógeno ou debaixo para cima, atendendo as necessidades das comunidades. Ainda o autor traz uma ressalva que é preciso que o Estado elabore e controle as políticas públicas para que unam os interesses dos territórios. Não podemos pensar o território como um espaço neutro, ao contrário, ele é um espaço onde relações de poder e de interesses também estão presentes.

O território tem sua representação através de um Colegiado, que é composto pelos segmentos da agricultura familiar (associações formais/não-formais e cooperativas), gestão



pública, instituições de assistência técnica e extensão rural e instituições de ensino, ou seja, o colegiado tem como característica abarcar toda a diversidade dos atores e produção (câmaras temáticas/técnicas) que compõem o território.

O papel do Colegiado e das câmaras está centrado na discussão das problemáticas dos segmentos e nas ações a serem tomadas para solucionar esses problemas, bem como o diálogo de estratégias para o desenvolvimento do território rural e o acesso às políticas públicas governamentais. Assim, a organização e a participação dos indivíduos são os pilares na consolidação do Território e na continuidade da política territorial, sem esses dois fatores o Território passa a ser apenas um espaço geográfico.

Entretanto, nem todos os territórios brasileiros conseguiram alcançar o nível de estruturação idealizado. Assim, para auxiliarem nessa organização são instituídos os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial/NEDETs, que são constituídos no âmbito de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto em 2016), Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, através de Encomenda CNPq/MDA 2013. A partir dessa parceria se abre edital para que projetos sejam apresentados por professores vinculados a instituições públicas de ensino superior e que tenham vínculos com os territórios, para que esses viabilizem a atuação de assessores territoriais e recursos de custeio para mobilização, estruturação e gestão dos Colegiados Territoriais. O projeto das assessorias tinha o prazo para atuação de 02 (dois) anos juntamente aos colegiados, objetivando a organização e apoios dos assessores para a estruturação dos territórios.

Contextualizando um pouco o Território Pampa, ele foi oficializado como um território rural pelo então MDA no ano de 2014, sendo constituído por 16 municípios da chamada fronteira do Rio Grande do Sul, são eles: São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Barra de Quaraí, Quaraí, Alegrete, Manoel Viana, Maçambará, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Caçapava, Lavras do Sul, Bagé, Rosário do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento, conforme figura 1.

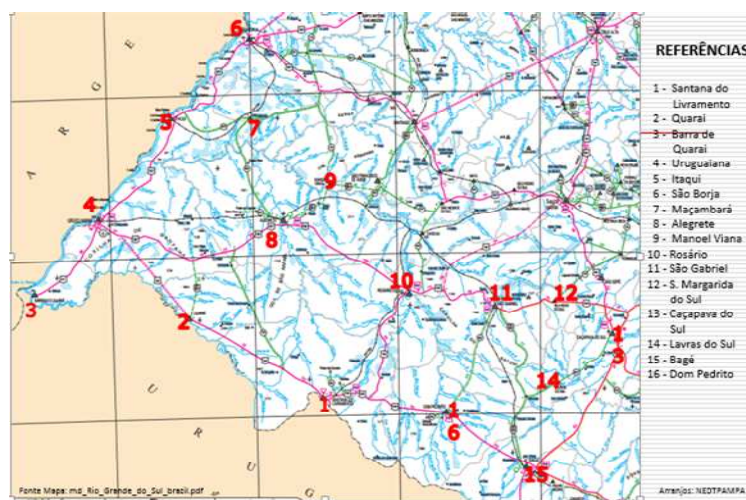


Figura 1. Configuração dos Municípios Integrantes do Território do Pampa.

Adaptação Própria.

Ainda cabe ressaltar que a identidade compartilhada para a construção desse território se dá basicamente por dois motivos: os municípios que o compõem encontram-se no bioma pampa, possuindo características de um ecossistema único e peculiar e a área territorial faz parte das fronteiras com a Argentina e o Uruguai, o que contribui na formação de uma identidade voltada a miscigenação das culturas brasileira/espanhola e a característica pampeana, isto é, a alta ligação com o gado, lã e carnes.

A assessoria do NEDET PAMPA foi coordenado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS, campus Santana do Livramento, e atuou no Território Rural do Pampa com duas assessorias, a de gestão social e a de inclusão produtiva, iniciando o trabalho no ano de 2015 e findando no ano de 2016.

O Nedet Pampa no início da assessoria encontrou um território desestruturado, apenas com o núcleo diretivo formado, assim, a equipe buscou nos dois anos de trabalho constituir o colegiado territorial com toda a representação do território, que seriam eles: os agricultores familiares, os pecuaristas familiares, os pescadores, os quilombolas, os indígenas, os assentados, bem como os órgãos de assistência técnica, a gestão pública e as universidades.

Desta maneira ao longo da assessoria foram obtidos resultados no que tange a participação do NEDET e do Colegiado do Território Pampa em diversos setores e Instituições dos municípios. Os que são importantes salientar:

1. Participação com cadeira do NEDET e do Colegiado no Corede da Campanha;

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



2. Encontros e Formação de um Território Binacional com o Uruguai, tendo representantes do nosso Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Ganaderia, Agricultura y Pesca/UY.

3. Participação com cadeira no recém criado Consórcio de Desenvolvimento do Pampa Gaúcho, que é um consórcio que conta com a presença com todos os gestores públicos do municípios que fazem parte do Território, coordenado pelo município de Bagé.

No final de 2016, após um trabalho intensivo de mobilização conseguimos constituir o Colegiado com representação dos agricultores, pecuaristas, assentados, pescadores, universidades, assistência técnica e a gestão pública (representada pelo consórcio dos municípios). Dessa representação algumas câmaras temáticas foram organizadas, representando os principais interesses do território quanto ao meio ambiente e a produção, seriam elas: o bioma, aqui traz toda a discussão da entrada de monocultivos e de minérios no bioma pampa e as consequências para o povo que vive nesse ecossistema; a questão do leite e as bacias leiteiras; as mulheres, o acesso as políticas públicas, a agroecologia e até mesmo o papel dela na família e produção; e a pesca, segmento bastante relevante para o território.

Dentre as câmaras criadas, cabe salientar a câmara da pesca no Território Pampa, pois esse segmento encontrava-se desorganizado e até mesmo desassistido pela gestão pública e universidades. Com a mobilização foi realizado o I Encontro Binacional da Pesca e da Aquicultura do Território Pampa, realizado em junho de 2016 no município de Quaraí, o encontro permitiu que os diversos municípios se encontrassem e se reconhecessem, bem como um momento do acesso aos diversos estudos realizados pelas universidades em relação a pesca. A partir desse primeiro encontro formou-se a câmara temática, com reuniões mensais e diversos projetos já pensados para o território no segmento da pesca e na cadeia produtiva. Atualmente, já está em andamento as trocas de experiências para formarem nos assentamentos alguns tanques para a piscicultura e um abatedouro pensando em atender os programas governamentais de alimentos, tendo o apoio da universidade, representada pelo Instituto Federal Farroupilha/IFF, dos pescadores e das colônias.

É no contexto da mobilização e estruturação dos segmentos que acontece a política territorial, que tem como objetivo central a dinamização do rural e da agricultura familiar, considerando as diversidades e particularidades de cada território. Para que assim, sejam aplicadas políticas públicas eficazes, tendo ao final do processo o desenvolvimento rural sustentável.



3. Algumas considerações

Ao pensar o território como um espaço que reunirá pessoas com sentimentos de pertencimento e de interesses em comum, ele se torna um local que facilitaria a execução de políticas e projetos, sendo esses adequados às realidades territoriais, maximizando assim, as políticas públicas, ou seja, podemos pensar em um espaço de mobilização, de capacitação e de estruturação da agricultura familiar.

A política de desenvolvimento territorial parte da necessidade de construir uma estratégia de desenvolvimento rural com um novo olhar, onde o rural se afirma como espaço de múltiplas funções e de um espaço social.

Assim, em suma, a política territorial tem como objetivo central a mobilização do rural e da agricultura familiar, para que se estruturam e demandem as reais necessidades existentes, considerando as diversidades e particularidades de cada território, e que sejam aplicadas políticas públicas eficazes, para que assim possa ter o desenvolvimento rural em todas as suas instâncias.

Entretanto, cabe salientar que a construção e mobilização de um território apenas com o viés econômico ou para acesso a política pública corre o risco de ser um espaço com laços de pertencimento fracos, não originando a coesão que a política territorial necessita, consequentemente a existência e continuidade do território será ameaçada, e o desenvolvimento rural não acontecerá. Nesse sentido, o fomento à política territorial e o apoio governamental na institucionalização desses territórios é de suma importância, bem como se faz necessário um assessoramento a estes territórios para que possam aproveitar os laços de pertença para construir uma identidade forte e com capital social coeso.

Em relação aos NEDETs, podemos acrescentar que são ferramentas importantes para a mobilização e estruturação dos colegiados daqueles territórios que ainda não se estruturaram, consequentemente também o governo deve continuar fomentado esses núcleos. Entretanto, a continuidade dos colegiados não devem ser atrelados a apenas a existência dos NEDETs, os núcleos de implementação devem ser vistos como o pontapé inicial para a mobilização da agricultura familiar, dando continuidade nesse processo de diálogos e trabalhos para alcançar o bem estar das famílias que vivem no rural.

Referências



ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 2, n.º IV, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Antonio César Ortega; Niemeyer Almeida Filho. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 19-38.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÈZY, L. **Le lien territorial: entre frontière et identités. Géographies et Cultures**. Paris, L'Harmattan – CNRS, 20, 1996.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em> <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/2006/11326.htm>> Acesso em> 02 de set. de 2016.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil n.º 1**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, mar. 2005.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documento de Apoio n.º 2**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, maio 2005.

FROELICH, J. M. **Rural e natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. 220 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

FROELICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; VENDRUSCOLO, R. Território Quarta Colônia/RS: Patrimônio Cultural e Gastronomia em foco. 2008. In: **Transformações Territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 170-191.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim.

_____ 1996. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34.



_____ 1997. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34.

FERNANDES, M. L. D.; FIÚZA, A. L. de C. **Territórios Rurais: Uma abordagem para o desenvolvimento...** Processos de Construção Social e Implantação do Território da Serra do Brigadeiro – Minas Gerais. 2006 Disponível em: http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_357.pdf> Acesso em: 04 de mar. de 2017.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano V, n.º 16, p. 109-120, 1985.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: Lamparina, 2007a. p. 43-108.

_____ **O mito da desterritorialização: do “Fim dos territórios” á multiterritorialidade**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007b. 400p.

_____. **Territórios Alternativos**. 2 ed. 1 rd impr. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 186 p.

HEIDRICH, A. Fundamentos da Formação do Território Moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.

HESPANHOL, A. N. **Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial**. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, ENGRUP, São Paulo, pp. 370-392, 2008.

LIONÇO, V. **A abordagem territorial no desenvolvimento rural sustentável do Sudoeste do Paraná**. 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

PORTO GONÇALVES, C. W. P. **A Invenção de Novas Geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas**. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 3º ed., 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos**



territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p.21-37. 2002. 402 p.

SAQUET, M. A. **Os tempos os territórios da colonização italiana:** O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 6º ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, S. E.. **A influência e a percepção do setor automotivo na sustentabilidade ambiental da região metropolitana de Curitiba (RMC).** 2007. Dissertação (Mestrado, área de concentração em Organizações e Desenvolvimento) UNIFAE – FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO, Curitiba, 2007.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

VENDRUSCOLO, R. **SOMOS DA QUARTA COLÔNIA”: OS SENTIDOS DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL EM CONSTRUÇÃO.** Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.